

01. Um ente da administração pública, após dezembro de 1988, admitiu trabalhador sem observância do disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal. Nesta hipótese se pode afirmar, em relação ao contrato de trabalho e suas conseqüências, que o mesmo é:

- a) válido se o trabalhador é especializado e age de boa-fé;
- b) nulo, devendo ser rescindido e pagas as indenizações decorrentes da despedida sem justa causa;
- c) inteiramente nulo, não tendo o trabalhador direito a qualquer reparação, tendo obrigação de devolver a remuneração recebida;
- d) nulo, mas a remuneração pactuada, respeitado o salário mínimo, é sempre devida, pois as energias despendidas pelo trabalhador não podem ser repostas;
- e) válido, mas o trabalhador só tem direito aos salários do período trabalhado.

02. Assinale a alternativa adequada:

- a) entre as fontes formais do direito do trabalho, não se incluem a jurisprudência e os princípios gerais do direito;
- b) a fonte formal por excelência do direito do trabalho é a equidade, conforme previsto na Constituição Federal;
- c) o direito civil é a fonte formal principal do direito do trabalho, uma vez que o segundo originou-se do primeiro;
- d) no Brasil, dada a liberdade contratual e a autonomia dos sindicatos, a principal fonte formal do direito do trabalho é a negociação coletiva entre entidades representativas de empregados e de empregadores, dando origem a convenções e acordos coletivos;
- e) todas as proposições acima estão erradas.

03. Assinale a alternativa adequada:

- a) no direito do trabalho, não há hierarquia entre as fontes formais, uma vez que a aplicação do princípio protetor implica que todas tenham a mesma importância jurídica;
- b) a hierarquia das fontes formais do direito do trabalho é igual à hierarquia do direito comum, não podendo uma norma de caráter convencional coletiva ou uma cláusula de contrato individual prevalecer sobre a lei, em qualquer hipótese;
- c) o caráter protetivo do direito do trabalho permite a inversão da hierarquia das fontes formais, prevalecendo a condição mais favorável ou a norma mais benéfica, mesmo que de origem contratual coletiva ou individual;

- d) a hierarquia das fontes formais do direito do trabalho é matéria de interesse apenas legislativo, sem nenhuma importância prática para o aplicador do direito;
- e) nenhuma das proposições acima é correta.

04. Uma empresa financeira foi adquirida por um banco. No contrato de aquisição, ficou acordado que a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas da financeira, até a data da transferência do controle, seria do grupo vendedor.

Nessas circunstâncias, seria certo dizer:

- a) o acordo nesse sentido é perfeitamente válido, uma vez que o direito do trabalho preserva o princípio da autonomia da vontade;
- b) essa pactuação não tem qualquer valor, do ponto de vista do direito do trabalho, por contrariar princípio legal cogente contido na CLT;
- c) tal cláusula é válida se o sindicato dos empregados da financeira vendida concordar com ela;
- d) a cláusula em questão só não é válida se o contrato deixar de ser registrado no registro público competente;
- e) nenhuma das proposições acima está correta.

05. A legislação brasileira trata diferentemente o trabalho realizado no horário diurno daquele efetuado no horário noturno. No que diz respeito ao tratamento legal do trabalho noturno, não seria correto afirmar:

- a) o trabalho noturno tem remuneração superior ao trabalho diurno;
- b) o trabalho noturno rural e o trabalho noturno urbano têm o mesmo tratamento legal;
- c) a hora noturna é, legalmente falando, inferior àquela trabalhada no horário diurno;
- d) a garantia de remuneração diferenciada ao trabalho noturno é assegurada na Constituição Federal;
- e) o menor de 18 (dezoito) anos não pode trabalhar no horário noturno.

06. Com base no enunciado abaixo, assinale a alternativa correta.

Um alto executivo, com grande independência e possibilidade de impor seus interesses e condições de trabalho a qualquer empresa que venha a contratar os seus serviços:

- a) não pode ser empregado, pois a autonomia e independência desse tipo de trabalhador impedem que haja subordinação à empresa;

- b) pode ser empregado, desde que trabalhe com exclusividade para uma só empresa, mesmo com absoluta liberdade e autonomia;
- c) só pode ser empregado se não ocupar cargo de direção;
- d) desde que trabalhe nos moldes previstos no art. 3º da CLT, para determinada empresa, pode ser empregado ou não, dependendo do que for estabelecido no contrato firmado entre o executivo e a empresa beneficiária da atividade do executivo;
- e) nenhuma das proposições acima está correta.

07. Um motorista de determinada empresa assinou contrato de prestação de serviços para trabalhar pessoalmente, como autônomo, dirigindo um caminhão da contratante, de segunda-feira a sábado, em jornadas de 8 (oito) horas diárias, mediante remuneração mensal, pelo prazo de 1 (um) ano. Tal motorista recebia ordens do encarregado do setor de transportes.

Considerando-se os princípios do Direito do Trabalho, pode-se afirmar:

- a) as partes firmaram um contrato de natureza civil, porquanto foi preservado o princípio da autonomia da vontade;
- b) o princípio da irrenunciabilidade de direitos não admite que um simples trabalhador, sem outro recurso para viver que não a sua força de trabalho, ajuste um contrato de prestação de serviços autônomos;
- c) o contrato de prestação de serviços autônomos é válido, desde que tenha forma escrita e o trabalhador haja obtido a assistência do seu sindicato, com o que se configura a aplicação do princípio protetor;
- d) de acordo com o princípio da primazia da realidade, a relação existente entre a empresa e o motorista é de emprego;
- e) nenhuma das proposições acima está correta.

08. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a prescrição aplica-se de igual modo ao trabalhador rural e ao trabalhador urbano;
- b) um trabalhador urbano, menor de 17 (dezessete) anos, pode pleitear os seus direitos, perante a Justiça do Trabalho, depois do prazo de 2 (dois) anos da extinção do contrato de trabalho;
- c) o direito de pleitear férias prescreve em 2 (dois) anos, contados a partir do fim do período aquisitivo;
- d) a prescrição aplicável à trabalhadora, na vigência do contrato de trabalho, é de 5 (cinco) anos, e de 2 (dois) anos após a extinção do pacto laboral;
- e) é imprescritível o direito de pleitear anotação de contrato de trabalho em carteira profissional, a fim de fazer prova perante a Previdência Social.

09. Assinale a alternativa correta.

- a) o trabalhador não sujeito a controle de jornada é autônomo;
- b) é eventual o trabalhador que presta serviço pessoal a uma empresa, duas vezes por semana, durante 5 (cinco) anos, recebendo remuneração mensal;
- c) numa cooperativa de trabalho, o associado que presta serviço de natureza permanente, em atividade fim de determinada empresa, contratante da cooperativa, dada a sua condição de cooperado, não poderá, em qualquer hipótese, ser considerado empregado da mencionada empresa;
- d) o contrato de estágio é aquele celebrado entre uma empresa e um estudante, para que este trabalhe em regime de tempo parcial e receba remuneração compatível com o tempo reduzido;
- e) uma empresa que necessita substituir, transitoriamente, parte do seu pessoal permanente poderá celebrar contratos de trabalho temporário.

10. Assinale a alternativa incorreta:

- a) comete falta grave o empregado que, em serviço, pratica ato lesivo à honra de colega de trabalho;
- b) tendo em vista ser classificada como doença, a embriaguez habitual, de acordo com moderna corrente jurisprudencial e doutrinária, não é mais qualificada como justa causa para a despedida do empregado;
- c) a desídia é uma falta grave que se caracteriza pela conduta sexual inadequada do trabalhador, em serviço ou fora dele;
- d) o empregado que se apropria de bens ou valores do empregador comete falta grave tipificada como ato de improbidade pela CLT;
- e) a falta de polidez, educação, respeito ao demais colegas de trabalho, capazes de prejudicar o ambiente onde se desenvolvem as atividades laborais, constitui a falta grave tipificada como mau procedimento.

11. Uma empresa rural, distante de qualquer centro urbano, não servida por transporte público e situada em local de acesso difícil, fornece aos seus trabalhadores condução para ida ao trabalho e para o retorno às suas residências.

Nestas circunstâncias, seria certo afirmar:

- I.** a empresa deve descontar do salário dos seus empregados o transporte fornecido;
 - II.** o tempo de percurso na viagem de ida e volta deve ser computado na jornada de trabalho;
 - III.** o transporte oferecido pela empresa é um benefício ao trabalhador e por esta razão não deve ser computado na jornada de trabalho;
 - IV.** o tempo de percurso pode ser computado na jornada, mas isso depende de liberalidade da empresa;
 - V.** o tempo de percurso não será computado na jornada se o trabalhador receber remuneração de acordo com a sua produção;
- a) todas as respostas estão erradas;
 - b) só a I e a III estão corretas;
 - c) só a IV e a V estão corretas;
 - d) só a II está correta;
 - e) só a V está correta.

12. Considerando-se as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

- I.** a jornada normal de trabalho é de 8 (oito) horas diárias, nela computado o descanso para repouso e alimentação;
 - II.** o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento deve ter jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, salvo negociação coletiva em sentido diverso;
 - III.** a jornada de trabalho extraordinária será remunerada com acréscimo de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) sobre a jornada normal;
 - IV.** os bancários exercentes de cargo de direção ou gerência têm jornada normal de 8 (oito) horas diárias, caso recebam gratificação superior a um terço do salário efetivo;
 - V.** o servente de banco, por não trabalhar em atividade típica de bancário, não tem direito à jornada de 6 (seis) horas diárias;
- a) todas as respostas estão erradas;
 - b) todas as respostas estão certas;
 - c) só a I e a III estão certas;
 - d) só a II e a IV estão certas;
 - e) só a I, III e a V estão certas.

13. Considerando-se as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

- I.** o recibo de pagamento de rescisão contratual é válido como quitação de todas as verbas trabalhistas, mesmo que não as discrimine, desde que se encontre devidamente assinado pelo empregado e homologado pelo seu sindicato;
- II.** o pedido de demissão de trabalhador maior de 18 (dezoito) anos, absolutamente capaz, com mais de 2 (dois) anos de emprego, prescinde de assistência, quer seja do seu sindicato ou de autoridade pública, desde que feito por escrito e se encontre devidamente assinado pelo trabalhador, juntamente com duas testemunhas;
- III.** nos contratos a termo, o empregador poderá rescindir o pacto antes do prazo estipulado, pagando ao empregado, além da remuneração do período trabalhado, as verbas decorrentes da rescisão indireta;
- IV.** o pagamento das parcelas decorrentes da despedida deverá ser efetuado no último dia do contrato;
- V.** desde que o empregado, mesmo analfabeto, concorde e seja assistido pelo sindicato da sua categoria, o pagamento das verbas rescisórias pode ser efetuado em gêneros alimentícios.
 - a) todas as respostas estão corretas;
 - b) só a I e a II estão corretas;
 - c) nenhuma resposta está correta;
 - d) só a IV está certa;
 - e) só a III e a V estão certas.

14. Considerando-se as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

- I.** a criação de sindicato de trabalhadores pressupõe, entre outras condições, que todos os associados sejam assalariados e pertençam à mesma atividade econômica;
- II.** as categorias econômicas e profissionais não organizadas em sindicatos estão legalmente impedidas de celebrar convenções coletivas;
- III.** todo sindicato terá uma base territorial que será necessariamente municipal, vedada a criação de sindicato com base territorial distinta;
- IV.** o empregado eleito para cargo de administração sindical goza de estabilidade no emprego, desde a sua eleição até 1 (um) ano após o final do seu mandato;
- V.** o trabalhador, menor de 18 (dezoito) anos, poderá votar nas eleições sindicais, no entanto, não poderá ser votado.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão erradas;
- c) só a I e a III estão corretas;
- d) só a II e a V estão corretas;
- e) só a IV está certa.

15. Existindo lacunas normativas, o aplicador do direito do trabalho poderá recorrer à auto-integração ou buscar auxílio em outros ramos do direito. Tal tarefa deverá ser efetuada com observância de alguns critérios que no direito brasileiro são:

- I.** proibição de se recorrer aos costumes, em face do caráter legislado do nosso direito;
- II.** prevalência do interesse do trabalhador, sobrepondo-se a qualquer outro interesse, segundo o princípio do *in dubio pro operario*;
- III.** a jurisprudência e a analogia são fontes a que deve recorrer o aplicador do direito do trabalho na sua tarefa de preencher as lacunas normativas;
- IV.** a incompatibilidade entre as normas de direito comum e os princípios do direito do trabalho não é impedimento para a aplicação subsidiária daquele na solução dos conflitos decorrentes da relação de trabalho, desde que não haja norma trabalhista para o caso;
- V.** na falta de norma, o aplicador do direito do trabalho poderá deixar de decidir o conflito, com base no princípio da legalidade, que estabelece: “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.

- a) todas as proposições estão erradas;
- b) só a I e a II estão certas;
- c) só a III e a V estão certas;
- d) só a V está correta;
- e) só a III está correta.

16. Assinale a alternativa adequada:

- I. os juízos de direito da Justiça Estadual também poderão funcionar como órgãos da Justiça do Trabalho;
- II. não se incluíram entre os órgãos da Justiça do Trabalho as comissões de conciliação prévia;
- III. das decisões das instâncias inferiores da Justiça do Trabalho, o único recurso cabível, para o Tribunal Superior do Trabalho, é o recurso de revista;
- IV. as decisões de primeira instância da Justiça do Trabalho, nas causas cujo valor não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos, são irrecorríveis, salvo se versarem sobre matéria constitucional;
- V. se a decisão do juiz de primeira instância estiver em consonância com Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o juiz relator do Tribunal Regional do Trabalho poderá negar seguimento ao recurso ordinário.
 - a) todas as proposições estão erradas;
 - b) só a I está incorreta;
 - c) só a I e a II estão incorretas;
 - d) só a I, a II e a IV estão incorretas;
 - e) estão incorretas apenas a III e a V.

17. Assinale a alternativa adequada:

- I. a Justiça do Trabalho não é competente para o julgamento das demandas dos empregados de empresa pública federal, oriundas da relação de trabalho;
- II. não é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento de litígio decorrente de empreitada, mesmo quando o empreiteiro é operário ou artífice;
- III. as execuções das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças trabalhistas, tendo em vista a natureza de tributo federal das mesmas, devem ser processadas perante a Justiça Federal Comum;
- IV. as demandas entre sindicatos de empregados ou entre sindicato e associado, por não envolverem relação de emprego, devem ser dirimidas pela Justiça Estadual;
- V. dentro da competência da Justiça do Trabalho não está incluída a de julgamento de ação por dano patrimonial, se não decorrente da relação de emprego.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) só a I está correta;
- c) todas estão incorretas;
- d) só a I e a V estão corretas;
- e) só estão corretas a III e a IV.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) no processo do trabalho, não alegada pela parte a incompetência em razão da matéria ou da pessoa, o juiz deverá prosseguir na apreciação da causa até a sentença de mérito, uma vez que não pode conhecer tal tipo de incompetência de ofício;
- b) oposta exceção de incompetência, no processo do trabalho, da decisão do juiz que a julga improcedente caberá, de imediato, recurso para a instância superior;
- c) se o Juiz do Trabalho acata exceção de incompetência, todos os atos anteriormente praticados no processo serão nulos;
- d) no processo do trabalho, a exceção de incompetência deverá ser julgada pela instância superior àquela contra a qual foi argüida;
- e) a competência em razão do lugar, não sendo absoluta, é a única que se prorroga no processo do trabalho, uma vez não argüida pela parte, no momento processual adequado;

19. Segundo a orientação jurisprudencial sumulada do TST, é correto afirmar:

- a) a parte vencida, na segunda instância, não está obrigada a pagar as custas processuais se estas já foram pagas pela outra parte, vencida na primeira instância;
- b) prescreve em 30 (trinta) anos o direito de pleitear o FGTS não recolhido pela empresa. Este direito, porém, deve ser exercido, após o término do contrato de trabalho, no prazo de 2 (dois) anos;
- c) havendo intervalo para repouso e alimentação, descaracterizado está o turno ininterrupto de revezamento previsto na Constituição Federal;
- d) o vale para refeição, fornecido em virtude de contrato de trabalho, por se tratar de um privilégio do trabalhador, não tem caráter salarial;
- e) sobre o aviso prévio indenizado não é devida a contribuição para o FGTS.

20. Os embargos de declaração são cabíveis no processo trabalhista. Com relação a estes, não é correto afirmar:

- a) quando manifestamente protelatórios, não interrompem o prazo para recurso;

- b) na reiteração dos embargos já declarados protelatórios, se estes forem novamente considerados procrastinatórios, o juiz ou tribunal multará o embargante em 10% sobre o valor da causa, ficando condicionada a interposição de outro recurso ao depósito do valor da multa;
- c) admitem efeito modificativo da sentença ou do acórdão, se houver omissão ou contradição do julgado;
- d) devem ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de serem rejeitados por intempestividade;
- e) também são cabíveis se houver equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) os dissídios individuais e coletivos cujo valor da causa não exceda 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação serão submetidos ao rito sumaríssimo;
- b) as demandas trabalhistas contra administração pública direta, autárquica e fundacional não podem adotar o rito sumaríssimo;
- c) no procedimento sumaríssimo trabalhista admite-se o pedido ilíquido desde que a parte reclamada não se oponha;
- d) a sentença que decidir o procedimento sumaríssimo, além dos fundamentos da decisão, fará, obrigatoriamente, relatório sucinto;
- e) o número de testemunhas, no processo sumaríssimo é de 3 (três), no máximo.

22. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a interposição de agravo de petição permite o prosseguimento da execução em relação aos valores não impugnados no recurso;
- b) cabe agravo de petição das decisões proferidas na execução trabalhista;
- c) o agravo de instrumento, no processo do trabalho, é recurso destinado a reformar despacho que denega a interposição de recurso de qualquer das partes;
- d) recebido o agravo de instrumento, o juiz da Vara do Trabalho determinará a intimação do agravado para responder, no prazo legal, e, decorrido tal prazo, julgará o recurso;
- e) o recurso de revista é cabível de decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho.

23. De acordo com a CLT, assinale a alternativa correta:

- a) na liquidação de sentença por cálculos, as partes serão obrigatoriamente intimadas para a impugnação fundamentada do cálculo.
- b) a impugnação aos cálculos só poderá ser feita por ocasião dos embargos à execução;

- c) julgada por sentença a liquidação, os erros materiais dos cálculos não podem ser corrigidos de ofício, necessitando manifestação das partes;
- d) é vedado às partes e ao juiz, na liquidação, inovar a sentença liquidanda;
- e) os cálculos das obrigações previdenciárias, decorrentes das condenações trabalhistas, devem ser efetuados pelo INSS, no prazo de 10 (dez) dias.

24. Em relação ao processo do trabalho é correto afirmar:

- a) as custas serão pagas, em qualquer hipótese, apenas pelo empregador, uma vez que o empregado é sempre beneficiário da justiça gratuita;
- b) as empresas públicas estão isentas de custas;
- c) não são devidas custas quando o juiz, indeferindo a petição inicial, extingue o processo sem julgamento do mérito;
- d) efetuado o depósito recursal pelo empregador sucumbente, neste já se encontram incluídas as custas;
- e) na execução, os cálculos de liquidação, realizados pelo contador do juízo, estão sujeitos ao pagamento de custas.

25. A lei brasileira distingue a fraude contra credores da fraude à execução. A primeira é tratada no Código Civil, enquanto a última está disciplinada pelo Código de Processo Civil, neste aspecto aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho. A fraude à execução, de acordo com o que está previsto no CPC, ocorre:

- a) quando o devedor se oculta para não ser citado;
- b) quando o devedor, citado, não paga o valor da execução e nem indica bens à penhora de modo a garantir integralmente o seu débito;
- c) quando o devedor aliena bens sobre os quais pende ação fundada em direito real;
- d) quando o devedor solvente, citado, indica bens de valor inferior ao seu débito, ou bens de difícil alienação, de modo a dificultar a quitação da obrigação;
- e) quando o devedor deixa deliberadamente que o bem penhorado, em garantia da execução, venha a se deteriorar, de modo a diminuir o valor, frustrando com isso o direito do credor.

26. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) no processo do trabalho, são cabíveis os recursos previstos na CLT, sem aplicação subsidiária do CPC. Incabível, desse modo, no processo trabalhista, o recurso adesivo;

- b) só cabe aplicação subsidiária do CPC, em se tratando de recurso adesivo, em relação às ações previstas na lei processual civil admissíveis no processo trabalhista;
- c) o recurso adesivo é incabível no processo trabalhista, por ser incompatível com os princípios deste, apenas no que diz respeito ao processo de execução;
- d) cabe recurso adesivo, no processo trabalhista, nas hipóteses de recurso ordinário, recurso de revista, agravo de petição e de embargos;
- e) só cabe recurso adesivo em se tratando de recurso ordinário, sendo incabível no recurso de revista.

27. Tendo em vista as normas processuais contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e a aplicação subsidiária do CPC ao processo trabalhista, conforme previsto no art. 769 da CLT, assinale a alternativa correta:

- a) as provas serão produzidas pelas partes, não podendo o juiz determinar a produção de qualquer prova não requerida pelo reclamante ou pelo reclamado;
- b) o juiz é obrigado a conhecer o direito, não podendo, em nenhuma hipótese, determinar que a parte prove a existência ou a vigência de norma legal por ela invocada;
- c) no processo, inexistem fatos que independem de prova;
- d) a prova pericial só é admissível no processo trabalhista, quando se trata de reclamação não submetida ao rito sumaríssimo;
- e) o número de testemunhas admissíveis no processo do trabalho é variável de acordo com o tipo de ação e procedimento, sendo que cada parte poderá indicar até 3 (três) no processo comum, até 2 (dois) no procedimento sumaríssimo e até 6 (seis) nos inquéritos para apuração de falta grave.

28. Assinale a alternativa incorreta:

- a) nos dissídios coletivos, as categorias ainda não organizadas em sindicatos poderão se fazer representar pelas federações ou, na falta destas, pelas confederações;
- b) a competência para apreciação dos dissídios coletivos que excedam a competência dos Tribunais Regionais do Trabalho é do Tribunal Superior do Trabalho;
- c) as questões suscitadas nos dissídios coletivos podem ter natureza econômica, mas não jurídica;
- d) como nos dissídios individuais, os dissídios coletivos também devem ser submetidos à conciliação;
- e) a decisão, em dissídio coletivo, sobre novas condições de trabalho, poderá ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do tribunal.

29. Assinale a alternativa incorreta:

- a) se a parte prejudicada não alegar a nulidade processual, o juiz não deverá declará-la de ofício, exceto no caso de incompetência absoluta;
- b) o juiz não pronunciará a nulidade se alegada pela parte que lhe deu causa;
- c) a nulidade deverá ser declarada pelo juiz se uma das partes a alegar, mesmo não resultando prejuízo manifesto para qualquer das partes;
- d) a nulidade do ato processual só prejudica os atos posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência;
- e) sendo possível suprir a falta de determinado ato processual, a nulidade não será pronunciada.

30. Assinale a alternativa errada:

- a) na execução contra a fazenda pública, esta poderá opor embargos independentemente de garantia da execução;
- b) os pagamentos dos débitos trabalhistas da fazenda pública serão sempre feitos mediante precatórios;
- c) havendo preterição de credor, na ordem de preferência de precatórios, por parte da fazenda pública, poderá ser seqüestrada, por ordem judicial, quantia suficiente para satisfazer o débito;
- d) a requisição de pagamento por precatório será feita pelo juiz por intermédio do presidente do tribunal;
- e) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de valor necessário ao pagamento dos seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes dos precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão os seus valores atualizados monetariamente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Os atos administrativos têm a sua classificação, e quanto à natureza da atividade, podem ser vários, exceto:

- a) atos de administração ativa;
- b) atos de administração consultiva;
- c) atos de administração verificadora;
- d) atos de administração concreta;
- e) atos de administração contenciosa.

32. Identifique qual das proposições abaixo se encontra errada em relação ao poder de polícia da administração pública:

- a) a polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos quanto por meio de atos concretos e específicos;
- b) o poder de polícia tem como um dos traços característicos, a imposição de sua atividade de forma coercitiva pela administração;
- c) salvo hipóteses excepcionalíssimas, não pode haver delegação de ato jurídico de polícia;
- d) a polícia judiciária tem como uma de suas características o seu caráter preventivo, através da instrução policial criminal;
- e) as medidas de polícia administrativa frequentemente são auto-executórias.

33. No tocante à afetação e desafetação de bens públicos, está incorreta a alternativa:

- a) a desafetação de bem de uso especial, para passar para classe dominical, depende de lei;
- b) a afetação ao uso comum pode provir de destino natural do bem, como, por exemplo, um rio;
- c) a desafetação de bem de uso comum, para passar para classe dominical, independe de lei, sendo necessário apenas ato do próprio executivo;
- d) os bens de destinação natural só podem ser desafetados por um ato de hierarquia superior, sendo um deles a lei;
- e) os bens dominicais são bens não afetados a qualquer destino público.

34. Quanto às autarquias, é correta a afirmação:

- a) as autarquias só podem ser criadas por lei, contudo, sua extinção pode se dar através de ato administrativo;
- b) os bens das autarquias, apesar de serem considerados bens públicos, podem ser suscetíveis de usucapião;
- c) as autarquias são responsáveis pelos seus próprios atos, sendo a responsabilidade do Estado, em relação a elas, apenas subsidiária;
- d) o vínculo existente entre as autarquias e seus servidores é de natureza contratual, e não estatutário;
- e) as autarquias não são pessoas jurídicas distintas do Estado, por isso o ministro supervisor é autoridade de alçada para conhecer de recurso de seus atos.

35. Ao fazermos referência a *agentes públicos*, não está correta a afirmativa:

- a) empregos públicos são núcleos de encargos de trabalho permanente a serem preenchidos por agentes contratados para desempenhá-los, sob relação trabalhista, segundo a Lei 9.962;
- b) função pública são atribuições criadas por lei, correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento, a serem exercidas por titular de cargo efetivo;
- c) cargo público são as mais simples e indivisíveis unidades de competência, criadas por lei, podendo excepcionalmente ser criadas por resolução da câmara e do senado, como nos casos dos serviços auxiliares do legislativo;
- d) na própria administração direta, nas autarquias e fundações públicas, certas atividades podem ser desenvolvidas sob regime de emprego;
- e) empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações de direito privado instituídas pelo poder público devem ser regidas pelo regime estatutário.

36. As *medidas provisórias* constituem forma excepcional de restrição ao *princípio da legalidade* na administração pública, as quais não podem ser editadas em relação aos aspectos abaixo nominados, exceto:

- a) direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- b) direito penal e processual penal;
- c) nacionalidade e cidadania;
- d) organização do poder judiciário e do ministério público;
- e) abertura de crédito extraordinário para atender despesas decorrentes de calamidade pública.

37. É princípio que envolve o serviço público, e a ele está intimamente ligado, exceto:

- a) princípio da transparência;
- b) princípio da adaptabilidade;
- c) princípio do controle;
- d) princípio da continuidade;
- e) nenhuma das respostas.

38. No que diz respeito aos *cargos públicos*, está correta a seguinte alternativa:

- a) os cargos de provimento em comissão são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente;
- b) os cargos de provimento vitalício são ocupados por aquelas pessoas que só podem ser desligados mediante processo administrativo;

- c) os cargos serão de carreira quando encartados em uma série de classes escalonadas em função do grau de responsabilidade e nível de complexidade das atribuições;
- d) os cargos de provimento efetivo são os predispostos a receber ocupantes em caráter definitivo, com fixidez;
- e) são formas de provimento de cargo: nomeação, promoção, reintegração, recondução, readaptação, reversão, aproveitamento.

39. Têm legitimidade ativa nas ações civis públicas, exceto:

- a) autarquias;
- b) sindicatos;
- c) pessoas jurídicas paraestatais;
- d) associações;
- e) nenhuma das respostas.

40. Sobre a ação civil pública é incorreto afirmar:

- a) a ação civil pública não pode servir de forma paralela de declaração de inconstitucionalidade;
- b) é perfeitamente cabível a antecipação da tutela nas ações civis públicas;
- c) qualquer das partes, inclusive o Ministério Público, pode desistir de recurso interposto em ação civil pública;
- d) o termo de ajustamento de conduta, incidental na ação civil pública, funciona como transação processual;
- e) nenhuma das respostas.

DIREITO COMERCIAL

41. De acordo com o Código Civil considera(m)-se não escrita(s) no título de crédito a(s) cláusula(s) de:

- I.** juro e a proibitiva de endosso;
- II.** a excluyente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas;
- III.** a que dispense a observância de termos ou formalidades prescritas;
- IV.** a que exclua ou restrinja direitos e obrigações, além dos limites fixados em lei;

- a) apenas I e II estão corretas;
- b) apenas I e III estão corretas;
- c) apenas II está correta;
- d) apenas II e IV estão corretas;
- e) todas estão corretas.

42. Em relação ao aval é incorreto afirmar:

- a) pagando o título, tem o avalista ação de regresso contra o seu avalizado e demais coobrigados anteriores;
- b) para a validade do aval, dado no anverso do título, é suficiente a simples assinatura do avalista, sendo vedado o aval parcial;
- c) considera-se não escrito o aval cancelado, e quando posterior ao vencimento não produz os mesmos efeitos do anteriormente dado;
- d) subsiste a responsabilidade do avalista, ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara, a menos que a nulidade decorra de vício de forma;
- e) o avalista equipara-se àquele cujo nome indicar; na falta de indicação, ao emitente ou devedor final.

43. Dentre as opções abaixo, assinale a única que não está de acordo com as disposições contidas na Lei 4.886/65, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos:

- a) considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato, com ou sem determinação de prazo;
- b) presume-se a exclusividade de representação na ausência de ajustes expressos;
- c) do contrato de representação comercial, além dos elementos comuns e outros, a juízo dos interessados, constarão, obrigatoriamente, a indicação genérica ou específica dos produtos ou artigos objeto da representação;
- d) prescreve em cinco anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos que lhe são garantidos por lei;
- e) no caso de falência do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão considerados créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas.

44. Sobre a responsabilidade dos administradores das sociedades anônimas, não é correto afirmar:

- a) o administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir sua prática;
- b) responderá solidariamente com o administrador quem, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto;
- c) exime-se da responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, ao Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou à assembléia geral;
- d) os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não-cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, exceto se pelo estatuto tais deveres não caibam a todos eles;
- e) o administrador responde civilmente pelos prejuízos que causar quando proceder com violação da lei ou do estatuto.

45. Assinale a alternativa correta observando o disposto na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

- a) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;
- b) as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre os seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são legitimadas para propor ação em defesa do consumidor a título coletivo, mas somente com autorização assemblear;
- c) as sociedades coligadas só responderão por culpa e as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;
- d) não haverá a desconsideração da personalidade jurídica em caso de encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, ainda que em caso de má administração;
- e) não haverá condenação em multa cumulativamente com a indenização por perdas e danos.

46. O Programa do seguro-desemprego, que objetiva prover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, dispõe que:

- a) o trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção do seguro-desemprego correspondente a parcela única, no valor de um salário mínimo;
- b) o pagamento do seguro-desemprego será suspenso quando do início de percepção de benefício de prestação continuada de Previdência Social, inclusive o auxílio-acidente, o auxílio-desemprego suplementar e o abono de permanência em serviço;
- c) terá direito ao seguro-desemprego o trabalhador que comprovar ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 meses nos últimos 24 meses;
- d) o benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo de 4 (quatro) meses de forma contínua ou alternada a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses;
- e) o benefício do seguro-desemprego será cancelado pela recusa por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego, independentemente de sua qualificação e remuneração anterior.

47. Ao tratar sobre benefícios previdenciários a Lei 8.213/91 estabelece que:

- I.** o salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado e ao segurado trabalhador avulso, exceto ao doméstico e ao aposentado por invalidez ou por idade;
- II.** o salário-maternidade para a trabalhadora avulsa, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá em um valor correspondente à média de sua remuneração dos últimos seis meses;
- III.** a perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia;
- IV.** o aposentado por invalidez que necessitar de assistência permanente de outra pessoa terá o benefício acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

- a) nenhuma afirmativa está correta;
- b) apenas uma afirmativa está correta;
- c) apenas duas afirmativas estão corretas;
- d) apenas três afirmativas estão corretas;
- e) todas as afirmativas estão corretas.

48. No que se refere ao acidente de trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) considera-se como o dia do acidente, no caso de doença profissional ou de trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este feito o que ocorrer primeiro;
- b) na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, desde que expedida até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência;
- c) o segurado que sofreu o acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença-acidentário, condicionada à percepção do auxílio-acidente;
- d) o acidente ligado ao trabalho que haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija a atenção médica para a sua recuperação, equipara-se ao acidente de trabalho, desde que tenha sido a causa única;
- e) equipara-se ao acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho, se ocorrido no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, salvo se em veículo de propriedade do segurado.

49. A respeito do salário-de-contribuição, segundo a Lei 8.212/91, não é correto afirmar:

- a) o salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição;
- b) o décimo terceiro salário integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo do benefício, na forma estabelecida em regulamento;
- c) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da sua residência não integram o salário-de-contribuição;

- d) não é considerado salário-de-contribuição o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso das despesas com medicamentos, despesas hospitalares e outras similares, desde que fornecidos em razão de cargo de gestão e a cobertura abranja 1/3 (um terço) dos empregados;
- e) o total das diárias pagas, quando excedentes a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal, integra o salário-de-contribuição pelo seu valor total.

50. Assinale a afirmativa incorreta sobre os benefícios da Previdência Social, a teor do que dispõe a Lei 8.213/91:

- a) são segurados especiais da Previdência Social: o parceiro, o meeiro, o arrendatário rural, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros;
- b) todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral da Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas;
- c) mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, aquele que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, pelo prazo de 12 (doze) meses após a cessação das contribuições;
- d) o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado, presumindo-se, nesses casos, a dependência econômica;
- e) é considerado segurado obrigatório o exercente de mandato eletivo federal, estadual e municipal, desde que não vinculado a regime próprio da Previdência Social.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS